

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO  
DA PREFEITURA DE LEME/SP**

**Ref.:**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.200/2025**

**CITELUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.966.986/0001-84, com endereço na Rua Ewerton Visco, nº 290, Edif. Boulevard Side Empresarial, Sala 2201, Caminho das Árvores, Salvador – BA, CEP: 41.820-022, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** acima referenciado, com alicerce nos artigos 5º, XXXIV, "a" da Constituição Federal de 1988 e no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista os fatos e fundamentos de direito que passa a expor.

**1. DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, pugna pela tempestividade desta impugnação, dado que a abertura da sessão pública está prevista para 18/08/2025, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de 03 (três) dias úteis previstos no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021.

**2. DO BREVE ESCOPO FÁTICO**

Essa Impugnante, pessoa jurídica interessada em participar da licitação supramencionada, teve acesso ao respectivo instrumento convocatório cujo objeto é a **“contratação de empresa especializada em engenharia elétrica para execução de serviços de modernização e efficientização do sistema de iluminação pública do Município de Leme/SP”**

Após análise minuciosa do disposto no instrumento editalício, bem como os anexos que o acompanha, a impugnante constatou vícios que carecem de apreciação por parte dessa comissão, os quais, caso não sejam sanados, comprometem toda a finalidade do procedimento licitatório, o que não se pode permitir.

Por conseguinte, conforme será demonstrado a seguir, à luz dos ditames basilares que regem a atuação da Administração Pública, deverá o instrumento convocatório ora denunciado ser reformulado e republicado, de modo a atender princípios norteadores da atuação pública.

### **3. DO MÉRITO**

#### **3.1. DAS EXIGÊNCIAS DESARRAZADAS E ILEGAIS**

É por intermédio do edital que a Administração faz público o seu propósito de licitar um determinado objeto, nele estabelecendo os requisitos exigidos para a habilitação dos licitantes, bem como as instruções para a correta elaboração das propostas. Demais disso, regula os critérios de julgamento através dos quais a Comissão de Licitação avaliará os proponentes e fixa as cláusulas do contrato a ser celebrado com o adjudicatário do objeto licitado. Consiste, portanto, no documento

fundamental da licitação, por isso que se afirma que o ato convocatório é a "lei interna do certame".

Diante de sua dimensão e importância, o legislador pátrio dedicou especial atenção ao edital no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, em cujo dispositivo traçou as diretrizes para a sua elaboração, cuja inobservância acarreta a invalidade do ato. Nesse passo, colha-se a advertência de Marçal Justen Filho, no sentido de que:

*"(...) a grande maioria dos problemas práticos ocorridos em licitações deriva da equivocada elaboração do ato convocatório. Não seria exagero afirmar que os equívocos na elaboração dos editais constituem-se em fatores muito mais prejudiciais do que as complexidades ou defeitos da Lei nº 8.666. Se esse diploma possui defeitos, eles são potencializados em virtude de edital mal redigido".*

Evocando, ainda, o saudoso Hely Lopes Meirelles, temos como:

**"nulo o edital omissso ou errôneo em pontos essenciais, ou que contenha condições discriminatórias ou preferenciais, que afastem determinados interessados e favoreçam outros".**

Ao cabo dessa rememoração de noções cediças, tem-se que o processo licitatório deve se pautar na lei e nos princípios norteadores que, por sua vez, viabilizam que o mesmo ocorra dentro da razoabilidade almejada garantindo sempre a melhor proposta de contratação para a Administração Pública.

Acerca da temática, Marçal Justen Filho, sob a égide do art. 37, XII da Constituição Federal, o qual versa que os processos licitatórios somente poderão

exigir as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, adverte:

*“Especialmente em virtude da regra constitucional (art. 37, XXI), somente poderão ser impostas exigências compatíveis com o mínimo de segurança da Administração Pública. **A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências inadequadas (...). Para evitar dúvidas acerca da validade das exigências, a Lei nº 8.666 introduziu regras impondo limites à discricionariedade administrativa.**”*

Neste cenário, frustrado estará o escopo maior da existência da própria licitação: a estrita observância à supremacia do interesse público e aos ditames constitucionais e infraconstitucionais, devendo, comprovada a ilegalidade do certame, ser anulado.

Vincado nessas premissas, a Impugnante verificou que o Edital possui vícios em suas exigências, os quais, *data vênia*, seguramente atrairão a atuação dos órgãos de controle, notadamente em razão da violação frontal aos ditames do processo licitatório.

### **3.1.1. DA EXIGÊNCIA ILEGAL DE ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. OFENSA AO ART. 67, §1º DA LEI Nº 14.133/2021:**

O item 4.9.18.2.2.4. presente em “4.9. Da Fase Habilitação” no Edital estabelece como prova de qualificação técnica, a apresentação de comprovação de experiência no fornecimento e instalação de sistema multiaplicações, senão vejamos:

Figura 1

4.9.18.2.2.4. Comprovação de experiência no fornecimento e instalação de sistema multiaplicações que integre, em uma única plataforma, no mínimo os seguintes elementos: equipamentos de iluminação pública, sistemas de vídeo, sistemas de telecomunicação (com ou sem fio) e interface de comunicação visual (telas LED ou LCD), demonstrando a capacidade técnico-operacional em serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, conforme estabelecido no art. 67, inciso I e § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

Ocorre que, nos termos do art. 67, §1º da lei nº 14.133/2021, há de se perceber perfeitamente que tais exigências são claramente desarrazoadas, vez que não representam parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, tendo sido inclusive reconhecido no próprio edital, conforme será demonstrado nos tópicos a seguir.

Assim, vejamos o disposto no art. 67, §1º da lei nº 14.133/2021:

***Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: (...)***

***§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. Da leitura do comando legal, verifica-se que as parcelas de maior relevância são aquelas que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.***

Da leitura do comando legal, verifica-se que as parcelas de maior relevância são aquelas que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.

No presente caso, o valor estimado da contratação pela Administração Pública é de R\$ 6.545.426,47, logo, 4% deste montante corresponde a R\$ 261.817,05. Isto implica dizer que as parcelas de maior relevância englobam itens cujos valores unitários sejam iguais ou superiores a este valor.

Ocorre que, ao analisar “Anexo IV – Planilha Orçamentária” é possível verificar que poste multiaplicações possui como valor unitário estimado R\$ 95.112,43, logo, representa tão somente a porcentagem de 1,45% do valor total estimado da contratação.

Com efeito, doravante, os parâmetros técnicos normativos para aferição das parcelas de maior relevância e valor significativo, a serem exigidas para fins de qualificação técnica em licitações, deverão observar os percentuais objetivamente fixados em texto legal.

Dito de outra forma, qualquer exigência que venha extrapolar ou não corresponder a tais parâmetros, invariavelmente, incorrerá em ilegalidade e significará ofensa tanto ao caráter competitivo do certame quanto aos demais princípios norteadores da Administração (isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, dentre outros).

Não à toa que na redação do § 1º do art. 67 da novel Lei n.º 14.133/2021, foi agregada a palavra “individual” à oração “assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação”. Indicando, cristalinamente, a Lei Geral de Licitações que a apuração das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, para fins de

habilitação técnica, deverá ser aferida a partir do valor individual de cada insumo, material, serviço pertinentes à obra, e desse modo, excluindo-se quaisquer somatórios, associações ou agrupamentos de itens orçamentários para aquela finalidade.

Entende-se por parcelas de “maior relevância” as parcelas que apresentam relevância técnica especial no contexto do objeto, isto é, aqueles itens que apresentam complexidade técnica mais acentuada, maior dificuldade técnica ou, ainda, de domínio inabitual no mercado, de modo que a comprovação de experiência anterior será importante no que tange à execução dessa parcela do objeto.

Já as parcelas de “valor significativo”, por sua vez, são aquelas que apresentam maior representatividade, em termos financeiros, dentre os demais itens no contexto do valor global do objeto.

Por tudo isso, é indispensável que a Administração identifique, no objeto licitado, os aspectos mais complexos e as características que o tornam diferenciado.

Em que pese alguma discricionariedade da Administração Pública para eleger as parcelas de relevância do objeto, mostra-se imprescindível que os itens eleitos para comprovação da experiência anterior não sejam por demais específicos ou desçam a minúcias capazes de comprometer a competitividade do certame. Sobre a matéria, leciona Bräunert<sup>1</sup>, *ipsis litteris*:

*Entende-se por parcela de maior relevância e de valor significativo aquelas que preponderam sobre as outras parcelas que compõem o objeto a ser licitado.*

*Enquadram-se, neste aspecto, as parcelas que preponderam monetariamente sobre as demais parcelas que compõem o objeto e, também, aquelas que predominam tecnologicamente sobre as demais parcelas do objeto. Não basta o cumprimento de uma ou outra parcela, ambas as condições devem simultaneamente ser atendidas.*

*Uma ponte, com uma determinada extensão, em concreto protendido, em concreto armado, pista de rolamento em CBUQ a ser executada sobre um rio cuja fundação, face condições técnicas, tem que ser do tipo tubulão a ar comprimido, as parcelas de maior relevância (técnica) são: o concreto protendido, os tubulões a ar comprimido e a extensão da ponte. Por outro lado, as parcelas de maior valor significativo (monetário) são: o concreto protendido, os tubulões a ar comprimido, a pista de rolamento e a extensão da ponte. Neste caso as duas condições (técnica e financeira) coincidem parcialmente. Portanto, as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto são: o volume de concreto protendido, a extensão dos tubulões a ar comprimido e a extensão/comprimento da ponte. A pista de rolamento, em princípio não é uma parcela de maior relevância e de valor significativo, vez que não se enquadra na parcela de maior relevância técnica, mas sim, somente na de valor significativo.*

**Estas parcelas de maior relevância e valor significativo, obrigatoriamente deverão estar especificadas no instrumento convocatório. [grifos nossos].**

Por conseguinte, os atestados de capacidade técnica somente podem ser exigidos em relação ao núcleo do objeto da licitação. Características de ordem



periférica ou secundária, não fundamentais para o todo, isto é, sem grande relevância e sem valor significativo, não podem ser bases para a elaboração do edital.

A exigência de atestados limitada à maior relevância e valor também é matéria mais do que pacífica na jurisprudência do TCU – Tribunal de Contas da União, como se pode observar do teor das suas Súmulas n.º 23 e n.º 263, a saber:

**SÚMULA TCU nº 23:** *Em procedimento licitatório, a comprovação da capacidade técnico-profissional, para obras e serviços de engenharia, se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), devendo o edital fixar as parcelas de maior relevância, vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos.*

**SÚMULA TCU nº 263:** *Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.*

Do exposto, temos que a exigência prevista no item 4.9.18.2.2.4. para fins de qualificação técnica, apresentam valor percentual inferior aos 4% previstos no parágrafo 1º do art.67 da Lei 14.133/2021, não podendo dessa forma, ser exigido para fins de comprovação técnico operacional ou técnico-profissional, razão pela qual se impõe a sua exclusão do Edital, por se tratarem de exigências ilegais e desarrazoadas, que comprometem a lisura e a ampla competitividade do certame

### **3.1.2. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DAS LUMINÁRIAS LED E ENSAIOS SUPERIORES AOS EXIGIDOS PELO INMETRO**

Como é cediço, a Portaria nº 62 do INMETRO estabelece as especificações para luminárias para a iluminação pública viária, inclusive de tecnologia LED, exigindo, em seus subitens, as determinadas especificações:

A referida Portaria especifica, que (i) o **grau de proteção mecânica deverá ser IK08** (subitem 4.1.10.1); (ii) o **grau de proteção deverá ser IP-66** (subitem 4.1.5.1); (iii) a **eficiência energética deve estar entre 70 a igual ou maior que 100** (subitem 4.2.5);.

Ressalta-se, portanto, que para aquisição de luminárias de tecnologia LED, deve ser observado o que determina o INMETRO. Isso porque, os parâmetros de segurança e eficiência, bem como os testes correlatos, estão descritos na aludida portaria. Ou seja, quando da realização de procedimento licitatório, a instituição licitante não deve exigir dos participantes do certame, descrições e testes dos produtos que não encontram respaldo juntamente à Portaria nº 62 do INMETRO.

Contudo, conforme será demonstrado nos tópicos a seguir, no Termo de Referência do presente edital estabelece especificações técnicas das luminárias a serem aplicadas nas áreas públicas no município de Leme/SP, em desacordo ao previsto na aludida Portaria nº 62 do INMETRO.

#### **a) Da proteção mecânica na ordem de IK09**

O item “4.1.5.1. Informações a serem verificados junto ao Catálogo” localizado no “Anexo I – Termo de Referência”, estabelece como requisito técnico a apresentação de luminária com tecnologia LED com grau de resistência à impactos mecânicos na ordem de IK09, conforme **Figura 1**.

**Figura 2**

**k) Resistência a impactos mecânicos (Classificação IK): Mínimo IK-09**

Tal exigência não possui respaldo técnico. O INMETRO, nos termos da sua Portaria nº 62, define como **parâmetro** mínimo de construção o grau de proteção mecânica na ordem de IK08, conforme **Figura 2**.

**Figura 3.** Portaria nº 62 do INMETRO

**4.1.10.1** As luminárias devem apresentar, no mínimo, grau de proteção IK08, segundo a norma ABNT NBR IEC 62262:2015 (Graus de proteção assegurados pelos invólucros de equipamentos elétricos contra os impactos mecânicos externos (Código IK)).

Nesse contexto, é de conhecimento geral que o Índice de Proteção contra Impactos Mecânicos (IK) fornecido pela grande maioria dos fabricantes nacionais e empresas renomadas do segmento no mercado brasileiro é o IK = 08, em atenção aos padrões determinados na referida Portaria.

Assim, a exigência do grau de proteção IK = 09 ultrapassa o mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação, consoante fundamentação apresentada no item 3.1 da presente peça impugnatória, visto que restringem as luminárias de tecnologias IK = 08, reduzindo drasticamente o número de marcas na participação do certame.

Tal determinação é, inegavelmente, excessiva e desarrazoada, violando as já mencionadas previsões normativas e princípios licitatórios, aos quais a Administração está vinculada.

#### **b) Grau de proteção no mínimo IP-67**

O item "4.1.5.1. Informações a serem verificados junto ao Catálogo" localizado no "Anexo I – Termo de Referência", estabelece como requisito técnico a apresentação de luminária com tecnologia LED com grau de proteção na ordem IP-67.conforme Figura 3.

**Figura 4**

j) **Grau de proteção das luminárias:** Os alojamentos das partes vitais (LED, sistema óptico secundário e controlador) deverão ter no mínimo grau de proteção IP-67.

Tal disposição também **não possui respaldo técnico.**

O INMETRO, nos termos da sua Portaria nº 62, define como parâmetro mínimo de construção o grau de proteção contra objetos sólidos e penetração de água na ordem de IP-66.

**Figura 5.** Portaria nº 62 do INMETRO

**4.1.5.1** Os alojamentos das partes vitais (LED, sistema óptico secundário e controlador) devem ter no mínimo grau de proteção IP-66, conforme ABNT NBR IEC 60598-1:2010 (Luminárias – Parte 1: Requisitos gerais e ensaios).

Nesse cenário, temos que o grau mínimo exigido pelo INMETRO para a parte ótica é na ordem IP-66. Tal especificação garante a plena proteção contra poeiras e

jatos potentes de água, atendendo a realidade de uso das luminárias em vias públicas.

Necessário ressaltar que, nos termos norma NBR IEC 60529, as luminárias com grau de proteção na ordem IP-67 possuem aplicação típica em **equipamentos sujeitos a submersão**, tais como ambientes alagadiços, o que demonstra a sua incompatibilidade de utilização em ambientes urbanos e rodoviários.

**Figura 6.** Norma NBR IEC 60529

Grau	Descrição	Aplicação típica
IP66	Vedado contra poeira e protegido contra jatos potentes de água	Uso externo contínuo (chuva forte, lavagens, poeira)
IP67	Vedado contra poeira e <b>imersão temporária em água</b> (até 1 m por 30 min)	Equipamentos sujeitos a submersão ou ambientes alagadiços

A exigência do respectivo edital ultrapassa os requisitos normativos vigentes, indo além da regulamentação do INMETRO, órgão nacional competente para estabelecer padrões técnicos de segurança.

Para além disso, a proteção do compartimento da luminária deverá acompanhar, segundo o INMETRO, com grau inferior ao da parte ótica. Nesse caso, a exigência de IP-67 é desproporcional e não encontra respaldo normativo ou técnico que justifique.

De maneira similar, o edital exige proteção IP67 para o driver da luminária. Nesse caso, o INMETRO não estabelece parâmetros mínimos de atendimento. Sendo assim, não há justificativa técnica que fundamente a exigência desse nível de proteção.

### **c) Exigência de eficiência luminosa 200 lm/W**

O Termo de Referência do Edital exige fluxo mínimo de 200 lm/W, conforme abaixo:

**Figura 7**



De logo, cumpre observar que, conforme estabelece o Item 2.4 da Portaria nº 62 do INMETRO, considera-se eficiência energética a razão entre as grandezas medidas do fluxo luminoso da luminária (lm) e a potência total consumida (W).

Assim, para se obter a eficiência energética, aplica-se o seguinte cálculo: Fluxo luminoso da luminária dividido pela potência total consumida (W), resultará na eficiência energética lm/W.

Ainda, tal Portaria 62 do INMETRO, prevê no seu subitem 4.2.5 que a eficiência energética deve estar entre 70 a igual ou maior que 100, conforme abaixo:

4.2.5 As luminárias devem atender a eficiência energética mínima (EE) de 68 lm/W, bem como ser classificada nas classes Eficiência Energética da Tabela 5.

**Tabela 5 – Eficiência Energética para Luminárias com Tecnologia LED**

Classes	Nível de Eficiência Energética (lm/W)	Valor Mínimo Aceitável Medido (lm/W)
<b>A</b>	$EE \geq 100$	98
<b>B</b>	$90 \leq EE < 100$	88
<b>C</b>	$80 \leq EE < 90$	78
<b>D</b>	$70 \leq EE < 80$	68

4.2.5.1 A eficiência energética média medida não pode ser inferior aos valores mínimos aceitáveis definidos na Tabela 5, nem inferior a 90% do valor de eficiência energética declarada.

Deste modo, conclui-se que solicitar eficiência energética excessiva, além de exigir mais do que o necessário, também reduz drasticamente o número de proponentes no certame.

Primado pelo princípio da razoabilidade dos processos licitatórios, requer-se que o Município retifique o edital para solicitar fluxo luminoso e eficiência energética coerentes com a referida Portaria, sendo razoável apresentar uma luminária com uma eficiência energética que não extrapole a definição apresentada.

#### **d) Conclusão:**

Por tudo exposto, a escolha das referidas especificações de acordo com a Portaria 62 do INMETRO, além de possibilitar a participação de mais licitantes, proporciona o alcance do objetivo do processo licitatório, que é a escolha da proposta mais vantajosa para o ente público, promovendo economia aos cofres públicos do município.

Não obstante, frente ao princípio da ampla concorrência, importante esclarecer que a ampliação da disputa não significa estabelecer quaisquer condições

para a mesma, mas, analisar, sempre que possível, a proporcionalidade das exigências para uma dada contratação.

Dado o exposto, urge evidenciar que o conjunto de especificação técnica exigido atua como limitador técnico no certame, reduzindo de forma significativa a participação de fornecedores de luminárias com tecnologia LED homologados e certificados pelo INMETRO.

Note-se que as exigências ora impugnadas em **nada** influenciam na execução do serviço, pelo contrário, as informações prestadas pela Impugnante visam trazer uma maior economicidade na contratação e eficiência na prestação do serviço. Nesse sentido, chama-se atenção para o fato de que à Administração é permitido exigir dos licitantes condições e propostas que melhor lhe atendam as minúcias da contratação, mas **não pode regular de forma exorbitante, com exigências que inviabilizem a justa concorrência.**

Deste modo, há de se perceber perfeitamente as condições inteiramente desarrazoadas, tal qual ferem inclusive a competição no tipo de licitação menor preço, visto que todos os licitantes serão obrigados a utilizar número ínfimo de fornecedores possíveis.

Em suma, não há razão que justifique as especificações/exigências consubstanciadas no item mencionado do instrumento convocatório, visto que não encontra respaldo legal e, restringe, indevidamente, a competitividade.

No que atine ao princípio da competitividade, o Eg.TCU entende que a indevida restrição da competitividade é capaz de tornar nulo o procedimento



licitatório, uma vez que restringe e frustra o caráter competitivo da licitação, estabelecendo preferência e distinção entre os licitantes, in verbis:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. **RESTRIÇÃO À  
COMPETIÇÃO.** PROCEDÊNCIA. ANULAÇÃO. **A indevida  
restrição da competitividade em razão de exigência  
editálicia que desobedece ao disposto no art. 37, inciso  
XXI, da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 3º, §1º,  
inciso I, e 30, § 6º da Lei de Licitações e Contratos,  
conduz à anulação do processo licitatório.** (TCU  
00299920087, Relator: VALMIR CAMPELO, Data de  
Julgamento: 25/06/2008).

Veja que o que se exige no edital é totalmente irregular e ilícito, uma vez que, não encontra suporte legal em nenhuma das legislações que regulamentam o certame e o processo licitatório de modo geral, configurando assim, grave ofensa ao Princípio da legalidade.

Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que: "**Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.**"

O art. 37, XXI, da CF/88, estabelece que o processo de licitação pública deve assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, de modo que somente serão permitidas exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, senão vejamos:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de **licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.***

Dessa maneira, fica evidenciado que somente serão admitidas, nas contratações públicas, condições e especificações técnicas relativas ao objeto da licitação e indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Por essa razão, toda e qualquer exigência que desborde, injustificadamente, desses limites, deve ser afastada, a fim de garantir a necessária competitividade do certame.

Nesse contexto considerando as exigências quanto à especificação para luminárias de tecnologia LED de forma diversa do disposto na Portaria nº 62 do INMETRO, bem como o fato de que sua manutenção restringe o caráter competitivo do certame, o que é rechaçado pela legislação, **pugna-se pela retificação dos citados dispositivos, de modo que passe a constar que as luminárias devem**

**apresentar (i) grau de proteção IK 08; (ii) grau de proteção IP-66; e (iii) a eficiência energética deve estar entre 70 a igual ou maior que 100, consoante disposto na Portaria nº 62 do INMETRO.**

Por tudo quanto exposto, torna-se necessário à reforma do Edital a fim de que seja sanado o descrito vício, visando à completa observância da legalidade vigente.

### **3.1.3. DA AUSÊNCIA DE JUROS EM CASO DE ATRASO DE PAGAMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

O item VIII, presente na "Cláusula Quarta – DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE" do **Anexo II - Minuta do Contrato** prevê que será aplicada *"compensação financeira quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais. Para tanto, deverá ser corrigido o valor pelo índice INPC/IBGE"*

Isto é: o item prevê que, em situações de atraso no pagamento dos valores devidos pela Administração Pública, a Contratada terá direito apenas a compensação financeira, tendo em vista que o Edital não traz qualquer previsão acerca da incidência de juros moratórios no caso de atraso de pagamento por parte do Município.

Tal lacuna contraria os princípios da boa-fé e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, previstos nos arts. 5º e 101 da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que prevê expressamente o direito dos contratados de receberem os pagamentos correspondentes aos serviços prestados

ao Estado ao tempo e modo devidos, sob pena de recebimento do valor corrigido, se constatado o atraso em tal adimplemento.

No mesmo sentido, o art. 92, V, da Lei 14.133/2021 prevê que são cláusulas necessárias em todo contrato – impinge caráter obrigatório –, as que estabeleçam o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

Com efeito, a aplicação de atualização monetária em caso de vencimento de obrigação líquida, certa e exigível decorre da própria lei, conforme arts. 389 e 395 do Código Civil:

*“Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado”.*

*“Art. 395. Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.*

*Parágrafo único. Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá enjeitá-la, e exigir a satisfação das perdas e danos”.*

Além disso, a ausência de previsão acerca da incidência de juros e correção monetária viola o princípio da moralidade, ante a vedação ao enriquecimento ilícito

da Administração Pública, em detrimento de seus contratados, pois, a longo prazo, esse desequilíbrio pode tornar a prestação de serviço inviável.

Desse modo, em prol dos princípios da legalidade, moralidade, e segurança jurídica, é de mister importância que a irregularidade ora apontada seja sanada, com a conseguinte previsão de incidência dos encargos moratórios, caso verificado descumprimento contratual pela Administração Pública, em atenção ao art. 37, XXI da CFBR/88, bem como aos artigos 389 e 395 do Código Civil.

### 3.1.4. DAS SANÇÕES E PENALIDADES. ROL TAXATIVO

A “Cláusula Décima – Das penalidades”, prevê na **Tabela 3**, a possibilidade de aplicação de penalidades à infrações que não estão previstas no rol da Lei 14.133/2021.

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
5	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
7	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales- refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
8	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
9	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas	2	Por ocorrência e por dia

10	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
14	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
16	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante.	2	Por dia
17	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade na execução contratual.	4	Por ocorrência

Assim, uma vez ocorridas, tais infrações sujeitas às aplicações das multas previstas na **Tabela 2**.

**Tabela 2**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor do contrato
2	0,4% do valor do contrato
3	0,8% do valor do contrato
4	1,6% do valor do contrato
5	3,2% do valor do contrato
6	4,0% do valor do contrato

Ocorre que, o rol de infrações passíveis de aplicação de sanções previstos na Lei 14.133/2021 são **taxativos**, conforme interpretação sistemática da norma e dos princípios que regem o Direito Administrativo Sancionador. Não é dado à Administração Pública, portanto, inovar ou ampliar esse rol elencando novas condutas infracionais ou criando modalidades sancionatórias que não tenham

amparo legal expresso, sobretudo por prazo indefinido e mesmo após o encerramento do contrato.

O princípio da legalidade estrita, aplicável com especial rigor no âmbito sancionador da Administração Pública, exige que tanto as infrações quanto as penalidades estejam claramente previstas em lei, não sendo suficiente sua simples previsão em edital, sob pena de violação ao devido processo legal substantivo e à segurança jurídica (CF, art. 5º, II e LIV).

Tal inovação normativa por meio de instrumento convocatório configura afronta aos princípios da legalidade, tipicidade administrativa e segurança jurídica, razão pela qual tais disposições devem ser suprimidas do Edital

#### **4. DA NECESSIDADE DE REABERTURA DE PRAZO: ARTIGO 55, § 1º DA LEI 14.133/2021.**

É de suma importância ser posto em evidência que, ao sanar os vícios aqui evidenciados, as alterações havidas no corpo do instrumento convocatório, por óbvio, afetarão a formulação da proposta. Isto porque, o quanto aqui evidenciado se insurge diretamente na composição orçamentária das propostas, de modo que se impõe a reabertura do prazo inicial, nos moldes do quanto estabelecido pela Lei 14.133/2021:

Art. 55. (omissis)

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e

procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

A Lei supracitada é clara, cristalina e não deixa margem a dúvidas quando traz como regra de que o prazo do certame deverá ser reaberto, existindo como excepcional exceção, quando, *"inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas"*. O que não se enquadra no caso em comento.

É sabido que o prazo mínimo entre a divulgação do aviso e a data de comparecimento dos interessados (para entrega das propostas ou participação no evento), destina-se a permitir que os eventuais interessados avaliem a conveniência de sua participação no certame, obtenham as informações necessárias e elaborem as suas propostas. **Logo, o prazo mínimo também deverá ser respeitado quando da modificação, exclusão e alterações no instrumento editalício, tendo em vista que dele se originam novos direitos e possibilidades.**

Irrefutável é, portanto, que quando da análise e correção dos itens aqui evidenciados, faz-se imprescindível à reabertura do prazo para o oferecimento das propostas, vez que as modificações afetam diretamente no caráter competitivo do certame e na busca pela proposta mais vantajosa.

## **5. DOS PEDIDOS.**

Diante das alegações apresentadas, flagrante o vício cometido no âmbito do certame licitatório objeto da presente Impugnação, requer:

- a)** Que a presente impugnação seja encaminhada ao órgão competente para apreciação e modificação do Edital;



- b) Que sejam efetuadas as correções de todos os vícios ora apontados, republicando-se o instrumento convocatório de licitação e reabrindo-se o prazo legal para oferta das propostas, após as devidas alterações e ajustes em Edital e seus anexos.**

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Leme/SP, 12 de agosto de 2025.

---

**CITELUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A**  
**CNPJ/MF nº 02.966.986/0001-84**